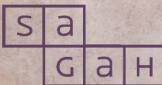


CONTABILIDADE BÁSICA

Filipe Martins da Silva



SOLUÇÕES
EDUCACIONAIS
INTEGRADAS

Definições e características da situação patrimonial e componentes patrimoniais

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- > Determinar a situação líquida patrimonial.
- > Definir os componentes patrimoniais.
- > Distinguir situação patrimonial superavitária, deficitária e nula.

Introdução

Neste capítulo, você vai ver como determinar a situação líquida patrimonial, conhecendo os critérios e procedimentos envolvidos. Você também vai estudar os componentes do patrimônio, conferindo exemplos. Além disso, vai identificar as situações superavitárias, deficitárias e nulas na interpretação dos patrimônios das entidades.

Situação líquida patrimonial

A contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio das entidades mediante o registro dos fenômenos e movimentações que afetam a sua situação patri-

monial e financeira. A partir disso, ela possibilita a interpretação da situação econômica, financeira, física e patrimonial das empresas (MONTOTO, 2018).

A contabilidade permite, por meio da aplicação de técnicas como a escrituração, que a empresa mantenha um controle permanente do seu patrimônio. Isso ocorre porque a contabilidade gera informações que possibilitam responder aos seguintes questionamentos: a empresa está gerando lucro? O preço praticado é competitivo? O produto está trazendo o retorno esperado? Com base nas respostas a essas perguntas, é possível tomar decisões e, consequentemente, garantir a eficiência e a eficácia do gerenciamento do negócio (MONTOTO, 2018).

O patrimônio é representado pelo conjunto de bens, direitos e obrigações da entidade. Os bens são elementos tanto materiais quanto imateriais à disposição de uma entidade. Ela os utiliza para executar sua atividade principal. Do ponto de vista contábil, os bens são tudo o que a empresa possui, seja para uso ou para troca.

Conforme Montoto (2018), os bens ainda podem ser classificados, de acordo com sua forma, em materiais e imateriais. Os bens materiais são aqueles que possuem corpo, matéria. Eles se dividem em bens móveis, que podem ser transportados ou trocados de lugar, como mesas e veículos, e bens imóveis, que são fixos, não podendo ser trocados de lugar, como casas, terrenos e edifícios. Já os bens imateriais são aqueles que, embora sejam considerados bens, não possuem corpo, não têm matéria, são poucos. A seguir, veja exemplos de bens materiais, imateriais e de troca.

- **Bens de uso materiais:** prédios, computadores, máquinas de fábrica.
- **Bens de uso imateriais:** software, marcas, patentes.
- **Bens de troca:** estoques, mercadorias para revenda, matérias-primas.

Já os direitos são todos os valores que a empresa tem a receber de terceiros, por exemplo, vendas com cartão de crédito a receber, aluguéis a receber e notas promissórias a receber. As obrigações constituem obrigações para a empresa; são valores a pagar a terceiros (como fornecedores), salários a pagar, aluguéis a pagar, impostos a pagar, etc.

O autor ainda afirma que, para que a contabilidade possa controlar o patrimônio, o registro de todos os fatos contábeis é fundamental. Esses fatos são todos os eventos econômicos que possuem valor monetário e, por consequência, afetam o patrimônio da empresa. O patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações, desde que seja possível quantificá-los em moeda corrente nacional.

Para Rios e Marion (2017), o balanço patrimonial é a demonstração contábil cujo objetivo é evidenciar, em determinada data, a composição patrimonial da entidade, compreendendo todos os seus bens, direitos e obrigações, representados na demonstração pelos ativos (bens e direitos) e passivos (obrigações). A diferença entre ativo e passivo é denominada “patrimônio líquido”.

O patrimônio líquido são os ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. São registrados no patrimônio líquido: o capital social, as reservas de recursos e os lucros ou prejuízos que a empresa tenha auferido em algum período. Por conter a participação dos sócios da empresa, o patrimônio líquido também é chamado de “capital próprio”. Já o passivo, por representar dívidas da empresa com terceiros, é conhecido como “capital de terceiros”. Veja exemplos de contas do patrimônio líquido: capital social, reserva de capital, reserva legal e prejuízos acumulados (RIOS; MARION, 2017).

Variações patrimoniais

O patrimônio das empresas está em constante movimento em função dos acontecimentos que ocorrem diariamente. Esses acontecimentos podem ser divididos em dois grupos: atos administrativos e fatos administrativos.

Os **atos administrativos** são movimentações ocorridas na empresa que, por sua natureza, não provocam alterações no patrimônio, justamente por não possuírem valor monetário. Como exemplos, você pode considerar: contratação ou desligamento de colaboradores, assinatura de contratos (de compras e vendas ou serviços) e troca de colaboradores de setor.

Já os **fatos administrativos**, segundo Barbosa (2013), são os acontecimentos que provocam variações nos valores patrimoniais, pois possuem valor monetário, além de alterarem ou não o patrimônio líquido. Justamente por possuírem valor monetário, essas movimentações devem ser registradas na contabilidade. Os fatos administrativos podem ser classificados em três grupos. Veja a seguir.

- **Fato qualitativo ou permutativo:** qualifica os componentes do patrimônio. Esse fato não altera o patrimônio líquido; ocorrem apenas trocas entre os elementos do patrimônio. Os fatos qualitativos ou permutativos são aqueles que permitem, isto é, movimentam apenas elementos que compõem o ativo ou o passivo, sem modificar o valor do patrimônio líquido. Considere este exemplo: a aquisição de veículos a prazo movimenta o imobilizado, que é um ativo aumentado, e as contas a pagar, que são um passivo também aumentado (RIBEIRO, 2013).

- **Fato quantitativo ou modificativo:** atribui valor aos componentes do patrimônio. Os fatos quantitativos ou modificativos alteram o patrimônio líquido, aumentando ou diminuindo o resultado da empresa mediante movimentação de receitas e despesas. Isto é, os fatos modificativos envolvem contas de resultado (receitas e despesas) e, consequentemente, alteram o patrimônio líquido (para mais ou para menos). Considere este exemplo: pagamento de despesa de energia elétrica com dinheiro, sendo a despesa uma conta que reduz o patrimônio líquido e (por haver saída do caixa) o ativo (RIBEIRO, 2013).
- **Fato misto:** combina fatos permutativos e modificativos simultaneamente. Portanto, esse tipo de fato provoca alterações no ativo e no patrimônio líquido, ou no passivo e no patrimônio líquido, ou ainda no ativo, no passivo e no patrimônio líquido ao mesmo tempo. Considere este exemplo: pagamento de fornecedor em atraso com juros, acarretando a diminuição do ativo pela saída de recursos do caixa, a diminuição do passivo pela baixa do fornecedor e a diminuição do patrimônio líquido pelo pagamento da despesa com juros por atraso (RIBEIRO, 2013).

Escrituração contábil

Os fatos administrativos são registrados no patrimônio da entidade por meio da escrituração contábil. Para Montoto (2018), as técnicas contábeis são os procedimentos práticos de coleta de dados para a realização dos registros de forma acumulada; tais registros darão origem aos relatórios contábeis. São técnicas contábeis: a escrituração, as demonstrações contábeis, a auditoria e a análise das demonstrações contábeis. A escrituração está prevista no art. 177 da Lei das Sociedades Anônimas (BRASIL, 1976, documento *on-line*). Veja:

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

Segundo Gimenez e Oliveira (2011), a escrituração é uma técnica que consiste em registrar nos livros (livro-diário e livro-razão) todos os fatos contábeis que ocorrem na empresa. No livro-diário, deve-se registrar todas as transações da empresa que possam ser expressas em valores monetários. Esse livro deve ser encadernado com folhas numeradas em sequência, contendo termos de

abertura e encerramento. Além disso, deve ser submetido à autenticação do órgão competente do registro do comércio.

Sua escrituração deve ser completa, em idioma nacional, em forma mercantil, com individualização e clareza, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalo em branco, emendas, rasuras e transportes para margens. Veja quais são as informações básicas a serem registradas:

1. data da transação ou data do seu registro no livro-diário;
2. nome das contas que estão sendo debitadas e creditadas;
3. valores dos débitos e créditos de cada conta;
4. histórico da transação (escrito de forma resumida).

O livro-razão é o livro que registra o movimento de todas as contas. Ele é exigido pela legislação comercial e tem a finalidade de demonstrar a movimentação analítica das contas escrituradas no diário e constantes do balanço. Não há necessidade de registro do livro-razão. Entretanto, ele deve conter termo de abertura e encerramento, com as assinaturas do contabilista e do responsável pela empresa.

É possível identificar o reflexo da escrituração dos fatos administrativos nas demonstrações contábeis apresentadas no final do exercício. Para Chagas (2014), as demonstrações contábeis são relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela empresa, com a finalidade de apresentar aos diversos usuários informações, principalmente de natureza econômica e financeira, relativas à gestão do patrimônio ocorrida durante o exercício. Os usuários são todas as pessoas físicas e jurídicas que tenham interesse na avaliação da situação e do desenvolvimento da entidade; eles podem ser internos ou externos (por exemplo: empresários, sócios, gerentes, governo, clientes, bancos).



Fique atento

Você conhece o método das partidas dobradas? A essência desse método é que, para o registro de qualquer operação ocorrida na empresa, deve, obrigatoriamente, haver uma contrapartida. Ou seja, o total de um débito em uma ou mais contas deve ser igual ao total dos créditos em uma ou mais contas (MÉTODOS..., [201-?]).

Não existe um lançamento a débito sem haver um crédito, e aqui é importante não confundir a aplicação cotidiana dos termos com a terminologia contábil. Em suma, o lado do ativo consiste em débito porque as contas que o compõem são de natureza devedora, com exceção das contas retificadoras. Já o lado do passivo e o patrimônio líquido consistem em crédito porque as contas que os compõem são de natureza credora, com exceção das contas retificadoras.

Componentes patrimoniais

O balanço patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial de uma empresa, de forma estática, respeitando a estrutura definida no art. 178 da Lei nº. 6.404/1976 (GELCKE et al., 2018). Segundo Montoto (2018), o ativo compreende as aplicações de recursos, representadas por bens e direitos, sendo controlado pela entidade com a expectativa de gerar benefícios econômicos futuros. Assim, é importante que as contas sejam classificadas no balanço de modo ordenado e uniforme, para permitir aos usuários a análise e a interpretação adequadas da situação patrimonial e financeira da empresa.

A Lei nº. 6.404/1976 prevê que os itens do ativo sejam classificados em ordem decrescente de grau de liquidez. Ou seja, no ativo, são apresentadas em primeiro lugar as contas que mais rapidamente são conversíveis em recursos financeiros. Assim, a primeira conta apresentada é caixa e bancos, seguida por contas a receber, estoques e assim sucessivamente. A seguir, veja qual é a estrutura do ativo.

- **Ativo circulante:** os direitos e as obrigações são classificados em grupos do circulante, desde que os prazos esperados de realização dos direitos e os prazos das obrigações, estabelecidos ou esperados, sejam curtos. O ativo circulante é dividido em caixa e equivalentes de caixa, direitos realizáveis, estoques e despesas antecipadas. Veja as definições a seguir.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** são os recursos financeiros que se encontram à disposição imediata da entidade, o que compreende os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários à vista e os títulos de liquidez imediata. Por exemplo: caixa, bancos e aplicação de liquidez imediata.
- **Direitos realizáveis:** são os títulos de crédito, quaisquer valores mobiliários e os outros direitos a receber. Por exemplo: clientes a receber, aluguéis a receber e adiantamentos a fornecedores.
- **Estoques:** são considerados bens de troca, pois são usados para venda e produção. Os valores classificados nesse grupo são referentes a produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, mercadorias e materiais de consumo relacionados às atividades-fim da entidade. Por exemplo: matérias-primas, mercadorias para revendas e estoques de produtos prontos.

- **Despesas antecipadas:** são as aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial. Também são chamadas de “despesas do exercício seguinte”. Por exemplo: seguros pagos antecipadamente e assinaturas pagas antecipadamente.
- **Ativo não circulante:** nessa categoria, estão os direitos realizáveis no longo prazo — originados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia — que não constituem negócios usuais na exploração do objeto da companhia. O ativo não circulante é classificado em: realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. Veja as descrições a seguir.
 - **Realizável a longo prazo:** nessa categoria, estão os ativos referidos no item “direitos realizáveis”, cujos prazos esperados de realização são longos. Por exemplo: clientes a receber no longo prazo.
 - **Investimentos:** são as participações em sociedades, além dos bens e direitos que não se destinam à manutenção das atividades-fim da entidade. Por exemplo: participação em outras empresas e obras de arte.
 - **Imobilizado:** reúne os bens e direitos tangíveis utilizados na consecução das atividades-fim da entidade. Por exemplo: imóveis, terrenos e veículos.
 - **Intangível:** inclui os bens e direitos intangíveis utilizados na consecução das atividades-fim da entidade. Por exemplo: marcas, patentes e software.

Já o passivo compreende as origens de recursos representadas por obrigações, classificadas em ordem decrescente de prioridade de pagamento. Ou seja, classifica-se em primeiro lugar a conta cuja exigibilidade ocorre antes, e a não liquidação dessa dívida pode comprometer o funcionamento das atividades da empresa. A estrutura do passivo também está definida na Lei nº. 6.404/1976; ele é dividido em passivo circulante e passivo não circulante.

- **Passivo circulante:** as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante quando vencerem no curto prazo. Por exemplo: fornecedores, contas a pagar, impostos a pagar e salários a pagar (BRASIL, 1976).

- **Passivo não circulante:** as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo não circulante se vencerem no longo prazo. Por exemplo: empréstimos a pagar a longo prazo e financiamentos a pagar a longo prazo (BRASIL, 1976).

Segundo Gelbcke *et al.* (2018), o patrimônio líquido representa o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios. Em casos de funcionamento normal de uma entidade, dificilmente o patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial será igual ao valor de mercado das ações da companhia, ou igual ao valor que poderia ser obtido por meio da venda de seus ativos e da liquidação de seus passivos (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, [2011-?]). Caso o passivo possua um valor superior ao do ativo, a diferença denomina-se “passivo a descoberto”. De acordo com a Lei nº. 6.404/1976, com redação modificada pela Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009, o patrimônio líquido é dividido nos elementos listados a seguir.

- **Capital social:** representa valores recebidos dos sócios e também aqueles gerados pela empresa que foram formalmente (juridicamente) incorporados ao capital (lucros a que os sócios renunciaram e incorporaram como capital).
- **Reservas de capital:** representam valores recebidos que não transitaram e não transitarão pelo resultado como receitas, pois derivam de transações de capital com os sócios.
- **Reservas de lucros:** representam lucros obtidos e reconhecidos pela empresa retidos com finalidade específica.
- **Prejuízos acumulados:** são os prejuízos ainda não compensados que são apresentados como parcela redutora do patrimônio líquido (BRASIL, 1976).

Contas de resultado

Para demonstrar como o patrimônio das entidades varia, são necessárias as contas de resultados que apresentam as variações, e o resultado será integrado ao patrimônio líquido da empresa. Conforme Ribeiro (2013), o confronto das contas de resultado – isto é, receitas subtraídas das despesas – evidenciará o resultado obtido pela empresa em determinado período, chamado de “resultado econômico”. Posteriormente, ao final do exercício,

esse resultado será transferido para o balanço patrimonial, classificado no patrimônio líquido da empresa.

Conforme Castilho, Castilho e Castilho (2010), receitas e despesas são consideradas contas de resultado. Elas aparecem durante o exercício social, isto é, durante o ano, encerrando-se no final desse período. As receitas e despesas não fazem parte do balanço patrimonial, mas é por meio delas que se sabe se a empresa apresentou lucro ou prejuízo em suas atividades. Tal lucro ou prejuízo, por sua vez, é registrado no patrimônio líquido.

Montoto (2018) destaca que as despesas decorrem do consumo de bens e da utilização de serviços. Estão em jogo, por exemplo: a energia elétrica consumida, os materiais de limpeza consumidos (sabões, desinfetantes, vassouras, detergentes), o café consumido, os materiais de expediente consumidos (canetas, papéis, cartuchos de tintas para impressoras, impressos e outros) e os serviços telefônicos utilizados. As despesas são registradas pela contabilidade por meio das contas de resultado.

As despesas são saídas originadas da entrega dos produtos produzidos, da prestação de serviços ou da execução de outras atividades que resultam das atividades principais ou das operações centrais da empresa. Elas acarretam a redução dos ativos como resultado da utilização dos serviços econômicos na criação de receitas ou da imposição de taxa pelo governo, representada pela utilização ou consumo de bens e serviços no processo de produzir receita (GELBCKE *et al.*, 2018).

Já as receitas, como define Montoto (2018), decorrem da venda de bens e da prestação de serviços. As receitas existem em número menor do que as despesas. As receitas mais comuns são representadas pelas seguintes contas: aluguéis recebidos, descontos obtidos, juros recebidos, receitas de serviços e vendas de mercadorias.

Gelbcke *et al.* (2018) acrescentam que as receitas representam entradas de fluxos de caixa, atuais ou esperados, resultantes das operações centrais da entidade, sendo expressas monetariamente. A movimentação das receitas consiste na entrada de ativos ou no decréscimo de passivos resultante de atividades. Aqui, estão em jogo, entre outros itens: entradas ou outros aumentos de ativos de uma entidade; liquidação de suas obrigações durante um período, proveniente de entrega ou produção de mercadorias; e prestação de serviços ou outras atividades que constituem as operações centrais ou principais da entidade.

Já os ganhos e as perdas, segundo Montoto (2018), são originados de atividades que não fazem parte do objeto principal da empresa. Os ganhos são aumentos de ativos líquidos originados de transações incidentais de uma

entidade que resultam de transações não recíprocas, como doações. Já as perdas são reduções de ativos líquidos originadas de transações incidentais de uma entidade. Elas resultam de transações não recíprocas, como furtos.



Saiba mais

Como você sabe, a entidade utiliza recursos para manter as suas atividades, e esses recursos podem ser originados de terceiros ou de proprietários. As origens são representadas pelo passivo (origem de recursos de terceiros) e pelo patrimônio líquido (origem de recursos dos proprietários). Já as aplicações de recursos são representadas pelo ativo da empresa.

Por exemplo, se uma empresa adquire estoques a prazo, a origem do recurso é uma dívida com o fornecedor (por ser a prazo), e a aplicação desse recurso ocorre no estoque. Toda origem sempre deve ter uma aplicação de recursos (MONTOTO, 2018).

Situação patrimonial superavitária, deficitária e nula

A equação fundamental do patrimônio, ou simplesmente “equação patrimonial”, é representada por: patrimônio líquido = ativo - passivo. Porém, é comum alguns autores apresentarem a seguinte equação: ativo = passivo + patrimônio líquido. Isso está ligado diretamente à representação gráfica do balanço patrimonial, como você pode ver no Quadro 1.

Quadro 1. Representação gráfica do balanço patrimonial

Bens + Direitos = Ativo	Obrigações = Passivo
	Patrimônio líquido

Na representação patrimonial, os bens e direitos (ativo) se localizam à esquerda, enquanto as obrigações (passivo) e o patrimônio líquido ficam à direita. O total do ativo sempre deve ser igual ao total do passivo somado ao patrimônio líquido. Com essa equação, é possível identificar a **situação líquida patrimonial** da empresa.

Para Barbosa (2013), a situação líquida patrimonial é a diferença entre o ativo (bens e direitos) e o passivo (obrigações). Seu objetivo é agregar uma leitura diferenciada ao grupo de elementos da representação gráfica

do patrimônio. As seguintes situações patrimoniais são possíveis: situação superavitária, situação deficitária e situação nula.

A **situação superavitária** é a situação patrimonial positiva, ou seja, mesmo operando com o mínimo de dívidas, a empresa sempre contará com recursos financeiros para arcar com as dívidas do mês subsequente, como salários. Nessa situação, o ativo é maior do que o passivo. Ou seja: ativo > passivo = patrimônio líquido positivo (ou: bens + direitos > obrigações). Veja essa situação representada graficamente no Quadro 2.

Quadro 2. Representação gráfica da situação superavitária

Ativo	Passivo
	Patrimônio líquido
Patrimônio líquido positivo ativo > Passivo Situação positiva	

Já na **situação deficitária**, ou “situação negativa”, os prejuízos acumulados são maiores do que o patrimônio líquido. A empresa já não possui ativos suficientes para honrar seus compromissos, por isso se diz que ela está com “passivo a descoberto”. Nessa situação, o passivo é maior do que o ativo, ou seja: ativo < passivo = patrimônio líquido negativo (ou: bens + direitos < obrigações). Nesse caso, o patrimônio líquido é apresentado de forma negativa. Veja a representação gráfica dessa situação no Quadro 3.

Quadro 3. Representação gráfica da situação deficitária

Ativo	Passivo
—	Passivo a descoberto
Patrimônio líquido negativo Ativo < Passivo Situação negativa	

No Quadro 3, o retângulo abaixo do ativo representa a parte do passivo que está descoberta, ou seja, não há solvência na empresa para liquidar as obrigações, e o próprio patrimônio líquido já foi consumido por resultados negativos de períodos anteriores.

A **situação nula**, como destaca Barbosa (2013), ocorre somente se a empresa tiver prejuízos que anulem o patrimônio líquido — se o seu prejuízo for igual ao seu capital, por exemplo. Nessa situação, o ativo e o passivo são

iguais, ou seja: ativo = passivo = patrimônio líquido nulo (ou: bens e direitos = obrigações). No Quadro 4, veja a representação gráfica dessa situação.

Quadro 4. Representação gráfica da situação nula

Ativo	Passivo
Patrimônio líquido inexistente Ativo = Passivo Situação nula	

Como você viu no Quadro 4, uma situação nula é uma situação em que o patrimônio líquido é inexistente, isto é, o total de recursos é igual ao total de dívidas. Nessa situação, todo o ativo da empresa está comprometido com passivos de terceiros, não existindo capital próprio, pois o patrimônio líquido é inexistente. Ou seja, o total de prejuízos acumulados é igual ao capital social investido pelos sócios.

Apuração do resultado do exercício

Conforme Castilho, Castilho e Castilho (2010), toda empresa é obrigada, ao final de cada exercício social (que no Brasil corresponde ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro), a encerrar todas as contas de resultado. O autor ainda acrescenta que a apuração do resultado do exercício nas empresas em geral envolve diversos procedimentos, como: elaboração de balancete de verificação; inventários físicos de bens de uso e de estoque; conciliação de contas contábeis; elaboração de resultado bruto e líquido; cálculo de tributos incidentes sobre o lucro líquido; cálculo de participações, reservas e dividendos; e elaboração das demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº. 6.404/1976 e pelos documentos legais que a alteram.

Apurar o resultado do exercício consiste em confrontar as contas de resultado — por exemplo, contas de receitas e contas de despesa — a fim encontrar o resultado obtido durante a execução da atividade. Isto é, a ideia é verificar se a empresa apresentou lucro ou prejuízo durante o exercício social, ou seja, durante o ano.

Por meio da apuração do resultado, segundo Barbosa (2013), é possível observar se a movimentação do patrimônio da empresa gerou lucro ou prejuízo durante o exercício social. A apuração simplificada do resultado do exercício de uma empresa pode ser resumida em uma única operação: confronto das receitas com as despesas. A diferença será lucro (quando as receitas superarem as despesas) ou prejuízo (quando as despesas superarem as receitas). O

saldo (lucro ou prejuízo) é transferido para o patrimônio líquido da empresa, constituindo a união entre as contas patrimoniais e as contas de resultado.

Caso a empresa tenha obtido lucro (mais receitas do que despesas), sua situação patrimonial será superavitária. Caso ela tenha sofrido prejuízo (mais despesas do que receitas), sua situação será deficitária. Por fim, caso o resultado seja zero (total de receitas igual ao total de despesas), a situação será nula.

Referências

BARBOSA, R. *Contabilidade geral de bolso: resumo dos tópicos mais importantes para Concursos Públicos*. São Paulo: Método, 2013.

BRASIL. *Lei. n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília: Presidência da República, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 14 set. 2020.

CHAGAS, G. *Contabilidade intermediária simplificada*. São Paulo: Saraiva, 2014.

CASTILHO, E.; CASTILHO, A. S. N.; CASTILHO, L. F. N. *Introdução à lógica contábil*. São Paulo: Saraiva, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis*. Brasília: CPC, [201-?]. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/anexo2_cvm539.htm. Acesso em: 14 set. 2020.

GELCKE, E. R. et al. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as Normas Internacionais e do CPC*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIMENEZ, L.; OLIVEIRA, A. B. S. *Contabilidade para gestores*. São Paulo: Atlas, 2011.

MÉTODOS de escrituração. In: SÓ contabilidade. [S. l.: s. n., 201-?]. Disponível em: <https://www.sicontabilidade.com.br/conteudo/metodos.php>. Acesso em: 14 set. 2020.

MONTOTO, E. *Contabilidade geral e avançada esquematizado*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RIBEIRO, O. M. *Contabilidade básica fácil*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIOS, R. P.; MARION, J. C. *Contabilidade avançada: de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)*. São Paulo: Atlas, 2017.



Fique atento

Os links para sites da web fornecidos neste capítulo foram todos testados, e seu funcionamento foi comprovado no momento da publicação do material. No entanto, a rede é extremamente dinâmica; suas páginas estão constantemente mudando de local e conteúdo. Assim, os editores declararam não ter qualquer responsabilidade sobre qualidade, precisão ou integralidade das informações referidas em tais links.

Conteúdo:



SOLUÇÕES
EDUCACIONAIS
INTEGRADAS